



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 56

Sessão Ordinária de Dezembro

1.ª Reunião de 22-12-2003

Aos vinte e dois dias do mês de Dezembro de dois mil e três, no Auditório 2 do Centro Cultural e de Congressos, nesta cidade de Aveiro, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Primeiro Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos e pelo Segundo Secretário Pedro Machado Pires da Rosa, e com a presença dos seguintes Vogais, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, Maria Teresa Fidélis da Silva, José da Cruz Costa, Orlando Eduardo Silva Terra Sêca, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, Mário Manuel Borges Pereira Pinto, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, Paulo Jorge Teixeira de Jesus, João Alberto Simões Barbosa, Fernando José Fortuna Pereira, Jaime Manuel Pereira dos Reis Vinagre, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Pedro Ricardo Oliveira Cardoso, Maria Antónia Corga de Vasconcelos Dias de Pinho e Melo, João Carlos Martins Valente, Carlos Gustavo Oliveira Braga Barros, Rui Manuel Pereira da Costa, Armando Manuel Dinis Vieira, Luís Paulo Pinheiro Tavares, Fernando Vieira Ferreira, Diogo Manuel Santos Soares Machado, Jorge Manuel do Nascimento, António Manuel de Carvalho Serra Granjeia, Joaquim dos Santos Abreu, António Manuel dos Santos Salavessa, Diamantino Laranjeira Simões Jorge e Manuel Arede de Jesus.

Pelas 21:00 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:

Jaime Simões Borges, Maria das Dores Rodrigues Picado Magalhães Topete, Vítor Manuel Simões Dias e Élio Manuel Delgado da Maia.

Por parte da Câmara Municipal estiveram presentes o Presidente Alberto Afonso Souto de Miranda, o Vice-presidente Eduardo Elísio Silva Peralta Feio e os Vereadores Lusitana Maria Galdes da Fonseca, Manuel Fernando Ferreira Rodrigues e Marília Fernandes Correia Martins (saiu às 22:30 horas).

Os Vereadores Jorge Manuel Henriques de Medeiro Greno e Amândio Canha, chegaram às 21:30 horas. O Vereador Joaquim Manuel da Silva Marques chegou às 22:00 horas.

Seguidamente o Presidente da Mesa informou a Assembleia, nos termos do artigo 38.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, que os Presidentes de Junta de Freguesia, Maria Isabel Almeida Velada, Manuel Júlio Braga Alves e Álvaro Patrício do Bem e Victor Manuel da Silva Martins, fizeram-se substituir, nesta reunião, por Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, Paulo Jorge Teixeira de Jesus, Fernando José Fortuna Pereira e Luís Paulo Pinheiro Tavares, respectivamente. Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando, o Presidente da Mesa deu nota da correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio da Assembleia Municipal.

A seguir o Presidente da Mesa leu a “Ordem do Dia” constante da convocatória para esta Sessão Ordinária de Dezembro, cujos pontos se transcrevem:

Ponto 1. - Comunicação escrita do Presidente da Câmara Municipal;

Ponto 2. - Fixação da taxa do Imposto Municipal de Imóveis (IMI) para o ano de 2004;

Ponto 3. - Câmara Municipal – Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2004;

Ponto 4. - Regulamento de Taxas, Tarifas e Preços não Urbanísticos do Município;

Ponto 5. - Regulamento de Actividades Diversas do Município;

Ponto 6. - Regulamento Orgânico e Quadro de Pessoal da Câmara Municipal;

Ponto 7. - Alteração ao Regulamento do Conselho Municipal de Educação;

Ponto 8. - Parque Desportivo de Aveiro (PDA) - EM — Autorização para aumento de capital social e alienação de 49% do mesmo;

Ponto 9. - Protocolos relativos à utilização do novo Estádio Mário Duarte.

Continuando colocou à apreciação e votação do plenário as actas das reuniões anteriores nos termos que se seguem:

Acta n.º 49 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

Acta n.º 50 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

Acta n.º 51 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta quatro votos a favor e uma abstenção.

Acta n.º 52 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta quatro votos a favor e uma abstenção.

Acta n.º 53 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta e três votos a favor e duas abstenções.

Acta n.º 54 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta dois votos a favor e duas abstenções.

(Entrou na sala o Vogal Rafael Alexandre Lopes Nevado)

De seguida e nos termos do artigo 20.º do Regimento da Assembleia Municipal, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao público.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Usou da palavra o munícipe, José Augusto Alves Lopes, que veio à Assembleia Municipal, em nome dos moradores do Bairro Senhor das Barrocas, agradecer publicamente ao executivo municipal a pintura realizada no mesmo.

Não havendo mais munícipes para intervenções, o Presidente da Mesa, nos termos regimentais, deu início ao “Período de Antes da Ordem do Dia”.

Presidente da Mesa:

“Vamos entrar no período de antes da ordem do dia, mas antes disso propriamente queria conversar convosco o seguinte: têm todos a “Ordem do Dia” que está distribuída e é a que vamos seguir. No ofício que recebi do Sr. Presidente da Câmara com o elenco dos temas a agendar para esta sessão de Dezembro, a ordem não era esta. Punha como ponto 1 a fixação da taxa municipal de imóveis (IMI) para o ano 2004, e em ponto 2 a comunicação escrita da câmara municipal.

A explicação para essa ordem era e é esta: o imposto municipal tem de ser aprovado até ao fim do ano. E por que é que eu não acatei essa sugestão? Por razões quase formais. Eu entendo que o primeiro ponto da ordem dos trabalhos deve ser sempre a comunicação escrita do presidente da câmara — era mesmo obrigatório que fosse assim. O regimento estabelecia mesmo essa prioridade. Agora não é obrigatório e eu poderia ter agendado a comunicação escrita para o ponto 2 e a fixação da taxa para o ponto 1.

Razões formais e de alguma tradição não o fiz. De qualquer maneira quando entrarmos na ordem do dia vou pedir à Assembleia para trocar a ordem dos pontos...

Membros da Assembleia

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP)

Presidente da Mesa

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

Presidente da Mesa

Vogal António Granjeia (CDS/PP)

Vogal António Salavessa (PCP)

Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara

Membros da Assembleia

Vogal António Granjeia (CDS/PP)

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP)

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervieram neste ponto:

Membros da Assembleia

Vogal Clara Ribeiro (PPD/PSD)

Vogal João Barbosa (PS)
Vogal Armando Vieira (PPD/PSD)
Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP)
Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD)
Presidente da Mesa

A

Vogal Filipe Neto Brandão (PS)

Vogal António Salavessa (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

B

“Sr. Presidente, ao mesmo tempo que se assiste (se calhar com alguma justiça) à valorização de aspectos positivos da nossa vida colectiva — penso que nós não nos devemos deixar inebriar por esses aspectos e esquecer aquilo que se vai passando nos bastidores e de que forma é que alguns desses bastidores vão aumentando de dimensão.

Este parêntese é para introduzir aqui uma chamada de atenção (que me parece justa) para o aumento progressivo do desemprego no concelho de Aveiro. Nós que sempre ouvimos falar do panorama de pleno emprego que se verificava na nossa região, temos vindo a assistir nos últimos meses a um aumento progressivo, porventura paulatino, do desemprego e que atinge já números que nos devem preocupar a todos. É evidente que o pleno emprego nunca existe, mas quando em Novembro nós registamos no nosso concelho um número de 3031 desempregados oficiais — e é bom que se utilize esta expressão. Porque não é oficialmente desempregado quem frequenta programas ocupacionais ou quem frequenta cursos de formação profissional ou quem à busca do primeiro emprego não se tenha ido inscrever no centro de emprego. Mas, desempregados oficiais nós temos 3031 em final de Novembro. O que significa se considerássemos a população acima dos 16 anos, nós teremos já uma população de cerca dos 5% de desempregados no concelho de Aveiro. Isto é, em cada 100 pessoas activas há 5 desempregadas ou à procura de emprego.

Esta situação é tanto mais grave porque ela vem crescendo. Nós, desde o mesmo mês do ano passado temos um aumento de 500 novos desempregados ou seja, um aumento de quase 20 % face ao ano anterior – o que me parece de ter em conta. E é de ter em conta em dois aspectos: É nas políticas da Câmara esta realidade seja também considerada na política de investimentos, de criação de emprego, seja nas políticas sociais reconhecendo que estes casos exigem atenção e solidariedade que não se esgote nas palavras e que se traduza em actos efectivos.

O Segundo apontamento tem a ver com o julgamento que está a decorrer no nosso concelho, em que mulheres seus familiares e técnicos de saúde estão a ser julgados pela prática de aborto clandestino. Entendemos que não é possível iludir por mais tempo que a legislação é de facto penalizadora, expondo as mulheres à devassa da sua vida íntima, arrastando-as pelos bancos dos réus em julgamentos intermináveis, sujeitando-as a punições que podem resultar em anos de cadeia e acusando familiares de cumplicidade, como se pode verificar no processo que corre actualmente no Tribunal de Aveiro.

A actual legislação já demonstrou que não teve quaisquer limitações à sua aplicação, podendo incriminar qualquer pessoa quanto mais não seja por alegada cumplicidade. Justifica-se assim uma palavra de solidariedade para com estas mulheres e seus familiares e acima de tudo, exige-se que em nome dos princípios democráticos da legislação portuguesa, que define a maternidade e a paternidade como um direito, uma escolha, e uma função social do Estado, que a Assembleia da República resolva em definitivo este problema despenalizando o aborto até às 12 semanas de gravidez.

Em terceiro lugar deixar um apontamento moderado. O regozijo pelo facto de a Comissão que fez a avaliação do estudo de impacto ambiental da marina da barra e por isso que os passos seguintes a serem dados pelo Secretário de Estado do Ambiente e eventualmente

pelo Ministro do Ambiente sejam conformes com este parecer e penso eu com os verdadeiros interesses da nossa região — portanto chumbando o projecto.

Quarto e último apontamento (porventura menos importante) também sobre a questão da mudança do jogo de futebol Holanda/Alemanha e a saída desse jogo de Aveiro e o ser colocado outro. Sobre isso, duas ou três notas muito breves. Para um observador menos atento ou mais desatento o argumento utilizado parece à primeira vista razoável. Portanto seria um jogo problemático, que a lotação do estádio não é das maiores, portanto que haveria muita gente fora. Entretanto em conversas que fui tendo com algumas pessoas e acho que posso dizer, Senhor Presidente da Câmara, que neste aspecto resulta que aqui há de facto injustiça e que isto precisa de ser melhor explicado. Em primeiro lugar precisa de ser melhor explicado por que razão é que esta possibilidade de mudança nunca foi enfatizada antes do sorteio?! Parece que havia lá umas cláusulas perdidas no meio dos contratos. As pessoas têm que ler os contratos, mas esta possibilidade de mudança nunca foi enfatizada.

A segunda questão, é que parece ser mais seguro controlar pessoas que estejam fora do estádio num estádio que está fora de uma área urbana, do que controlar pessoas que estão fora do estádio num estádio que está dentro da malha urbana — é razoavelmente mais fácil; daí que Aveiro tinha essa vantagem e essa possibilidade.

Outro ponto é a falta de critério. Quer dizer, há estádios de uma dimensão semelhante ao de Aveiro que têm jogos com um potencial de participação igual e que não têm nem acessos nem condições que tem o novo estádio Mário Duarte. Portanto há aqui de facto alguma desconsideração para com Aveiro e a sua região.

Registando a desconsideração, eu estou convicto que a República Checa (foi quem nos calhou em troca) é também o mercado turístico potencial, é um país com potencial e que a perda desse ponto de vista não é absoluta. Pode não ser de imediato, pode não ser para este ano, mas é com certeza um país com elevado potencial e que deve ser tido em conta. É tudo.”

Presidente da Mesa

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Eu começaria esta intervenção com três ou quatro referências muito breves ao que foi aqui acontecendo, sendo que eram assuntos que eu gostaria também de focar. Em primeiro lugar registar a intervenção de um munícipe com agrado (mais uma vez com agrado) e dizer que estenderei forçosamente esse agradecimento (e perdoem-me a brincadeira) ao fornecedor das tintas que daqui a um ano, ano e meio, receberá. Ele próprio também contribuiu para a reabilitação do bairro das Barrocas certamente.

Depois Senhor Presidente, não acho que haja grande dúvida em relação ao problema da rede viária do concelho. E pode-se ler ou pode ler-se, numa entrevista recente do nosso Presidente de Câmara a um órgão de comunicação social — eu explico-vos a todos. Deixem-me falar dos buracos Senhores... é que por baixo dos buracos está-se a fazer saneamento e portanto, é bom que assim seja. Temos buracos porque estamos a ter saneamento, é bom que assim seja — é o que lá vem escrito. Portanto, estamos todos esclarecidos, até porque ficámos a saber que também na Vera-Cruz ainda se anda a trabalhar em obras de saneamento, utilizando este tipo de raciocínio! Se há buracos há saneamento — também na Vera-Cruz ainda estamos a montar saneamento Senhor Presidente!? Certamente, porque na Vera-Cruz há buracos e na Glória também, mas brevemente chegaremos aos 100% e quando chegarmos aos 100% uma máquina milagrosa passará por cima da cidade e do concelho e tapará tudo aquilo que é o saneamento

malvado que hoje esventra nas nossas artérias. Mas meus Senhores, por favor, não batam mais neste ponto porque está mais que esclarecido pelo responsável máximo o Senhor Presidente da Câmara.

Em terceiro lugar, aquela questão da macro-política e da micro-política ou da não política. E já aqui hoje se falou várias vezes da região Centro, da região Centro...! Para mim, a região Centro tem o seu epicentro em Rio Maior e daqui a Rio Maior ainda vão umas horas de caminho. Duvido que Aveiro se enquadre na tipologia pré-definida pelos macro políticos da região centro! Acho que Aveiro é claramente muito mais perto de uma região Norte do que de uma região Centro — eu gostaria pelo menos que assim fosse. Mas gostaria mais ainda, e porque não estive na última reunião ou na última sessão extraordinária, gostaria mais ainda de que se passasse para a fase do realismo para decisivamente se acabar com a fase do realejo. E acabando com a fase do realejo, passarmos a falar não de região Centro, não da região Norte, mas da região de Aveiro — e por aí estaríamos certamente no caminho certo.

Depois, agora, questões efectivamente mezinhas. A primeira delas para questionar o Senhor Presidente da Câmara. Tendo tido esta bancada conhecimento de um evento que ocorreu há alguns dias, mais concretamente um almoço oferecido por uma empresa de construção civil desta cidade ou deste concelho à Vereação! Qual não foi o nosso espanto quando nesse almoço para além da Vereação e do Senhor Presidente da Câmara (que não deixa de ser Vereador com mais competências e capacidades, se calhar), estavam também os Técnicos da Câmara!? E eu perguntava, se a Câmara em si (Vereação e Presidente) considera normal e correcto que tal aconteça? Se a Câmara em si considera normal e correcto que algumas tradições não acabem e não sejam definitivamente erradicadas do “modus operandi” deste concelho, em relação a determinado tipo de senhores? E gostava de perguntar pessoalmente ao Senhor Presidente da Câmara, se se congratulou com esse almoço, se acha normal? Se o peixe lhe passa bem pela garganta, não sei que dizer!

E também gostava de lhe perguntar se desconhece (certamente não desconhecerá) aquela velha máxima que desde que entramos no mercado de trabalho aprendemos “de que não há almoços grátis” Senhor Presidente.

Passava para outro ponto. Foi aqui dito numa carta de um município, e depois reiterado, reafirmado, que os melhores jogos foram daqui tirados ou “roubados” pelos senhores do Euro. Faz-me lembrar os “samurais” estes “Senhores do Euro”. Eu gostava de perguntar quer a esse município, que teria muito prazer em conhecer, quer a esta Assembleia, se o problema não vem mais de trás? Os melhores jogos saem daqui ou de outro lado qualquer se calhar porque os senhores do PS fizeram estádios a mais — primeiro. Depois há que distribuir o mal pelas aldeias, correcto? Saem também por aquilo que o Senhor Armando Vieira disse: por uma tremenda hipocrisia que gira à volta do mundo do futebol, obviamente! E gostaria de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara, independentemente das motivações que levaram a que este jogo de fundamental importância para aqui para Aveiro fosse daqui retirado? Gostava de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara, o que é que a Câmara já fez institucional ou formalmente para tentar inverter esta situação? Suspeito que ela seja irreversível. Porque no futebol hoje em dia desde há muitos anos até, não se pode tocar o futebol porque é intocável neste país. Podem, mandam, querem, fazem — e as pessoas aguentam!? Gostava que o Senhor Presidente da Câmara nos dissesse que é que já fez? O que esta Câmara já fez para tentar perceber (é porque não é só a questão da Holanda ir jogar com a Alemanha no Porto, não é só essa a questão), é obvio que isto resolve-nos outros problemas — a falta de hotéis, etc. Porque os Holandeses e os Alemães obviamente que vão dormir no Porto e vão jantar no Porto, mas também resolve o problema de aumentar o tráfego na linha do Norte, Porto/Aveiro, para vir cá ver o joguinho da Holanda em falta como é evidente.

Portanto, o que é importante é o que a Câmara fez ou deixou de fazer, mas ainda não sabemos e gostaria de saber?

E por falar em futebol Senhor Presidente e pegando nas palavras do orador que me antecedeu, mais concretamente numa palavra, eu perguntaria: será que nós desconhecemos nesta Assembleia (por ignorância certamente), que a Câmara ofereceu uma prenda, que o município ofereceu uma prenda ao Sport Clube do Beira-Mar?! Eu começo já por aqui, para dizer, que não considero ninguém do futebol intocável. Nem o Pinto da Costa, nem os outros todos, muito menos o Sport Clube do Beira-Mar — porque é o clube da minha terra. É para a minha terra que ele existe. É para a gente da minha terra que ele joga e, portanto, tem que saber respeitar as gentes da terra onde se insere e para quem tem obrigação de dar espectáculo — felizmente tem conseguido esta época.

Agora prenda, que prenda? O estádio foi uma prenda ao Beira Mar? Eu ouvi aqui há tempos falar de protocolo, houve uma Comissão nesta Assembleia que se debruçou sobre alguns protocolos — onde é que eles estão? Estão assinados, não estão assinados? Há concordância entre as partes, não há concordância entre as partes? Esses protocolos, essas “prendas” não têm que ser autorizadas, ratificadas, votadas, por esta Assembleia?

Prenda...?! Quem dá uma prenda dá com gosto e não cobra nada em troca. A última vez que eu ouvi falar disso havia despesas de manutenção a suportar pelo Beira-Mar. Prenda... mas de que prenda se trata? Eu desconheço... certamente por ignorância! Depois Senhor Presidente, lamento, certamente e seriamente, a cumplicidade desta Câmara em permitir antes de que tudo isto que eu falei aconteça ou seja, antes que formalmente se estabeleça e se defina que o Beira Mar joga naquele estádio e que vai ser o clube residente no novo estádio de Aveiro, com todas as condições claramente definidas e transparentes para que toda a gente veja, lamento a cumplicidade da Câmara dizia, em permitir que alguém inaugure uma casa que não é sua! Lamento e fico triste. E fico triste porquê Senhor Presidente? Fico triste porque a Câmara é também cúmplice quando se lêem nos jornais declarações de responsáveis ou do responsável máximo desse clube dizer que para essa inauguração não convidava os “polítiques”!? Eu pergunto aqui, alguns dos senhores foi convidado? Todos se sentem “polítiques”? Podemos nós nesta Assembleia admitir faltas de respeito deste índole. Por que esses senhores que são eleitos no máximo por cinco mil sócios esquecem-se, que nós somos eleitos pelo menos por cinquenta mil eleitores. E se querem que nós “bérramos”, nós “bérramos”. Como alguém em seu tempo muito bem dizia: nós “bérramos” sempre que for preciso — não sei se estão a ver aonde eu quero chegar. E mais, confesso-vos mais uma coisa. Eu sei que outros quando amanhã lerem qualquer coisa daquilo que eu disse, vão dizer: eh pá, deixa lá, que as “galinhas cacarejam e a caravana passa”. Eu sei que isso vai acontecer (ouvem-se vozes e risos no Assembleia). E eu daqui faço um apelo a esta Assembleia mais uma vez, para que todos nós “bérramos”. Porque fomos surripiados do respeito que esses senhores nos devem, mas verdadeiramente surripiados! E todas estas pérolas conjugadas dão no que dão. Dão na mana, na águia mana ou na águia maná (mana/mano ou mana do mano) — e dão um espectáculo triste, pobre, indecente, para aquilo que Aveiro merece. Até porque contrasta (e justiça seja aqui feita), com aquele que tempos atrás ou tempos antes, aí foi usado e feito pela Câmara de Aveiro na inauguração. Essa sim oficial de um equipamento que pertence ao município.

Quais “OSSASSUNAS” quais “BÉRRAMOS” quais “GALINHAS”! Mas o que é isto? É a República das Bananas... E mais Senhor Presidente, o Senhor se lá esteve certamente que de lá não deve ter saído muito agrado. Eu fui, apanhei um bocadinho de frio, vim-me embora antes do fim do jogo confesso, mas berrei... Agora não conseguia era conjugar daquela maneira. Berrei que me fartei e digo-lhe mais, achei que aquilo era (berrei e o Senhor sabe contra quem, não foi contra si) um espectáculo deprimente, comezinho,

envergonhante, sem nível. Eu tive que escrever porque, desqualificante para um equipamento daquela pujança... O meu filho por exemplo quando passa lá, diz: “oh pai, olhe um brinquedo grande”, e daí se calhar a história da prenda... Mas foi claramente um espectáculo que não prestigiou Aveiro!? Eu sei que aquele espectáculo era fantástico para a inauguração do Polidesportivo de Figueira de Castelo Rodrigo — fantástico! Era certamente fantástico. E mais, digo-lhe mais, arranjar-se-ia certamente “águias” com mais suporte e com mais pujança em Figueira de Castelo Rodrigo, nas terras de Riba-Côa, do que aquelas que aqui se arranjaram.

E para terminar isto, que eu acho fundamental pelo desrespeito, pela falta de saber estar, pela falta de saber lidar com todos os agentes que entornam, infocam e formam o Beira-Mar, é preciso que (eu não queria usar a expressão, mas não vou resistir) alguns “gebos” entendam que as instituições ficam, apesar das pessoas por elas passarem. E aquilo que ali se tem que fazer é respeitar os cidadãos aveirenses a todos os títulos. E dizer na rádio, como eu ouvi no domingo, que não ocupam o estádio porque não há uma “tina” nos balneários para os jogadores tomarem banho é envergonhante mais uma vez — e a vergonha repete-se permanentemente. Não é dizer publicamente que a culpa é da Federação, da Liga ou do raio que os parta (desculpem a expressão), quando realmente a culpa é a falta de capacidade organizativa do Beira-Mar — a quem caiu este brinquedo nos braços, este pequeno grande brinquedo e não sabe o que é que há-de fazer com ele.

Organizem-se meus Senhores! E o Senhor Presidente da Câmara tem sobre a sua alçada hierárquica duas das pessoas que podem resolver este assunto. Um já vimos que “cacareja” e “bérra” e depois de espremido pouco de lá sai. O Senhor tem sobre a sua alçada duas pessoas com competências e capacidades suficiente para entre elas se entenderem — falo do Dr. Miguel Lemos e do Eng.º Roque.

Um obviamente como disse, o Presidente do Beira-Mar e o outro obviamente como Administrador da EMA. Que se entendam, que se organizem, são pessoas com outro tipo de visão.

Terminava só dizendo o seguinte (e esta é pessoal porque acho que o Senhor vale muito mais do que isso, Senhor Presidente): Deixe-se de cartas abertas Senhor Presidente. O seu fino recorte literário (e falo seriamente e olhos nos olhos, apesar de não estar a ser muito bem sucedido) é por todos nós já reconhecido. A sua capacidade de argumentação é por todos nós já verberada — deixe-se de cartas abertas! Não desça ao nível que não deve descer. Não deixe que Aveiro desça ao nível a que não deve descer e pense numa coisa Senhor Presidente, se ontem, anteontem, há um ano, há dois, há três anos, há quatro anos, há cinco anos ou há seis anos, um qualquer Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo se lhe insurgisse publicamente em carta aberta ou em carta fechada ou aonde quisesse, contra a instalação em Aveiro da “Europa dos Pequenitos”, o Senhor também não ia gostar e poderia utilizar os mesmos argumentos.

E por falar em “Europa dos Pequenitos” por aqui me fico... Deixe-se de cartas abertas Senhor Presidente e trabalhe no silêncio dos gabinetes, para que essa sim possa ser uma realidade em Aveiro e esse investimento que o Senhor há seis anos adia, possa para cá vir se calhar ainda antes da Marina. Muito obrigado.”

Vogal António Granjeia (CDS/PP)

Presidente da Mesa

Vogal Virgínia Silva Veiga (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“A questão que me fez inscrever foi sem dúvida nenhuma a questão do Tribunal Tributário. Secundando o Senhor Armando Vieira na sua postura macro-política na defesa da região tão alargada, que quanto a mim acaba por se esfumar um pouco a defesa de Aveiro, mas

dentro da mesma base filosófica, eu queria de facto sublinhar a razão total que ele tem quando diz que as “pessoas por pequenos interesses deixam de lado a defesa de Aveiro”. Vejam esta Assembleia Municipal hoje! O Tribunal Tributário de Aveiro vai ser perdido para Viseu!? Está aqui na capital do distrito — as bancadas do PSD e do PP acharam que não tinham nada que falar deste assunto! (ouvem-se vozes). Só que quando nós aprovámos aqui foi no sentido de que isso não viesse a ser feito! Desculpem lá, estou cheia de razão com isto que estou a dizer. E neste momento já está para entrar em vigor. Ou somos todos acutilantes e veementes na defesa de Aveiro (como bem defendia o Senhor Armando Vieira) ou não somos. Esteve aqui nesta mesma sala o nosso Bastonário que é uma pessoa dessa área política, Dr. José Miguel Júdice, bateu-se na assembleia extraordinária da Ordem do Advogados no Porto por nós, só cá estiveram os Presidentes da Câmara de Aveiro e Arouca apesar de todos os outros terem sido convidados. E sublinho hoje aqui a notícia que foi trazida de que finalmente uma Assembleia Municipal, que não a nossa, responde favoravelmente no sentido da união contra esta situação — Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha.

Eu elogiei algumas pessoas que tiveram o seu tempo de antena para falar, falem agora nos sítios próprios, porque se tivessem aqui naquele dia tinham ouvido que ficou aqui aprovado também que o Senhor Bastonário iria marcar através da Ordem do Advogados, uma audiência com Senhora Ministra, no sentido de ver se evitamos ainda esta situação perfeitamente surrealista, que de facto isto é absolutamente impressionante.

Eu não tenho nada contra Viseu. Não se trata de não querer ver desenvolver Viseu. Trata-se de não querer ver perder Aveiro daquilo que é necessário e de não querer ver, também, outra coisa: é que estes pequenos exemplos nós deixamos ir, deixamos este, deixamos outros — isto é sempre assim. E neste aspecto nós estamos a ser moles na questão do Tribunal Tributário, salvo o devido respeito. Por que naquele dia só estavam aqui dois Presidente de Câmara, o de Aveiro e o de Arouca, mais ninguém! Espero que entretanto estejam a corresponder às solicitações da delegação da Ordem do Advogados de Aveiro, para se fazerem representar nesse encontro com a Senhora Ministra da Justiça, que ficar-lhe-á bem reconhecer que cometeu um erro grave, com base em dados errados que certamente lhe foram fornecidos. Ninguém a está aqui a invectivar.

Só dizer-lhes mais duas pequenas coisas (eu tinha aqui três ou quatro, mas enfim) sobre o jogo. Eu continuaria na senda do Sr. Diogo Machado só num aspecto: o tipo de pessoas que nós temos aqui para irem assistir ao jogo, não deixa de ser interessante para efeitos turísticos.

De todo modo queria dizer-lhes outra coisa. Surpreendentemente há também duas coisas engraçadas sem terem piada nenhuma e que também vêm na senda da intervenção do Sr. Armando Vieira — e com elas termino. É assim: eu soube (porque este ano foi ao Algarve) eu estou aqui em Aveiro e tenho defendido Aveiro por todo lado e em todos os sítios onde estou. As pessoas sabem, também, que eu apesar de estar no meu cantinho escuro, também conheço muita gente. Eu ouvi garantirem-me que a “Europa dos Pequenos” não vem para Aveiro! É verdade?

Mas preciso de saber outra coisa. E o Sr. Presidente da Assembleia-Geral dos CTT (na Câmara sabe-se isto), a questão é esta: eu precisei de ir a Lisboa para saber que (foi o que me disseram e assim pergunto) a Câmara tentou negociar um camarote com os CTT.

Foi preciso estar lá, também, para se saber que o (eu não tenho qualquer poder executivo e portanto não está ao meu alcance, senão fazer os possíveis por qualquer coisa para Aveiro) Senhor Presidente do Conselho de Administração dos CTT esteve aqui em Aveiro, há dias quando inauguraram as novas obras dos correios — não soube. E se calhar ele sendo um dos principais patrocinadores do Euro 2004, não foi levado ao estádio! Foi lá, ela sabe, conhece, viu? Assim, não vamos lá.

Sr. Diogo Machado em parte eu estou consigo, mas não é com essas pessoas. É a tal política de que fala o Sr. Armando Vieira e que é assim: andamos todos mais interessados em discutir pequeníssimas tricas e não vemos sequer a pessoa que está ao nosso lado que pode ajudar a desenvolver Aveiro ou não, mas tem alguma possibilidade. E isto faz parte das tais tricas. Assim nunca mais lá chegamos.

Uma última palavra de solidariedade, para essas pessoas que estão a ser julgadas por esse tal sistema da hipocrisia, que confunde duas coisas basilares, que é o seguinte: nenhuma mulher gosta de abortar. E portanto, as mulheres que abortam, abortam em determinado tipo de circunstâncias. Não sejam cínicos, criem as condições. Dêem-lhes tempo para pensar, porque se derem tempo para pensar se calhar nem tantas abortam. Salvam-se muitas mais vidas.”

Vogal Maria Antónia Pinho e Melo (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Muito obrigada Senhor Presidente. Agradeço duplamente por me ter dado alguns minutos quando eu me inscrevi já fora de tempo. A minha intervenção tem sempre um carácter prático e sintético, porque penso que se nós não nos centrarmos em temas práticos que digam respeito ao município, acabamos por não ter no fim retorno daquilo que dizemos. Não pela primeira vez eu vou abordar dois aspectos numa mesma questão, que é a recuperação do construído e a construção do urgentemente necessário.

A legislação que está a ser aprovada sobre prédios em ruínas, vai facilitar a intervenção dos municípios para evitar o aspecto degradado de poluição visual e estética, que muitas das nossas cidades apresentam.

Aveiro (tenho tido cuidado nessa observação) está a começar a ter (embora tenha a recuperação de monumentos) um aspecto degradado porque tem muitos prédios em ruínas, prédios de habitação (presumo eu) e portanto, chamo atenção o Executivo que pode utilizar essa legislação para fazer intervenções e eliminar o problema.

Quando falo de prédios em ruínas não são só os monumentos. São aqueles prédios que eu penso que talvez se deixem cair ou porque não há dinheiro para os proprietários recuperarem ou porque estão à espera que venham a ser aprovados projectos que compensem economicamente. No entanto, os municípios vão ter meios legislativos para intervir.

Quanto à construção daquilo que eu chamo urgentemente necessário, mais uma vez me vou referir à habitação social. Em Aveiro este problema não tem merecido atenção do Executivo. E aqui já não se trata de uma questão estética porque é uma questão que eu acho que é profundamente humana e profundamente social. As implicações da falta de habitação social são muito graves. Porque a falta de uma habitação condigna leva à degradação familiar, a desequilíbrios e em última análise à delinquência e ao crime.

Falei em delinquência, isso está geralmente conotado com jovens. Eu penso que é altura de dizermos que os jovens e as crianças em Portugal têm que ser mais protegidos e mais respeitados. Penso que é preciso começar por educar os adultos, ensiná-los a conhecer os direitos das crianças e ensiná-los a respeitá-las. Para mim as pessoas são muito mais importantes que as coisas. E os crimes contra as pessoas (especialmente se são pessoas indefesas) são crimes chocantes que não deviam ter perdão e nós não podemos calarmos-nos.

Agora uma nota positiva. É dar os parabéns a quem organizou a exposição de pintura do artista Lauro Corado. Eu sou uma apreciadora e uma admiradora deste pintor de Aveiro e tive a possibilidade de rever alguns quadros que já conhecia e outros que ainda não conhecia. Parabéns a quem se lembrou de a organizar.

Uma nota que é uma correcção que eu penso que deve ser feita. Não é Praça Marquês do Pombal — é Praça Marquês de Pombal. Numa indicação que está na Avenida de Santa Joana, perto da Sé, tem Praça Marquês do Pombal, não é assim! É Praça Marquês de Pombal — parece que é de um pombal aonde há pombas e não é o caso. Queria chamar à atenção porque como me irrita muito os erros de ortografia e as incorrecções literárias não se podem deixar passar, são erros que são ridículos e que nos colocam numa posição desagradável.

Termino chamando a atenção do Executivo, para um tema que também já tem sido meu enquanto era Vereadora e continuei a chamar a atenção depois de ser membro da Assembleia Municipal, que é para o desequilíbrio que se está a agravar entre o centro urbano e as freguesias rurais. Há cada vez mais afastamento entre os dois. O nível das duas está cada vez mais distante. Eu penso que se tem que esquecer um pouco o futebol, a Marina da Barra, a macro-política, e lembrar com uma certa humildade os munícipes que vivem na periferia do concelho e que continuam à espera dos melhoramentos prometidos há vários anos.

Termino repetindo e pedindo atenção para isto: as pessoas são mais importantes que as coisas.”

Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara

“Muito obrigado Senhor Presidente. Queria também endereçar a todos os votos de um belíssimo Natal e em especial porque o Senhor Salavessa aqui invocou, deixem-me lembrar as pessoas que vão passar o Natal no desemprego, são três mil e tal aveirenses que vão ter um Natal mais triste e que devemos fazer os possíveis todos por ter políticas mais inclusivas que lhes permitam não apenas nestes momentos em que todos o sentimos mais mas ao longo de todo o ano possam ter uma vida digna.

Isto para dizer que o aumento do desemprego não é apenas uma estatística. São pessoas que nós conhecemos, com que nos cruzamos todos os dias, jovens licenciados — que é um novo fenómeno com o qual a sociedade portuguesa se está a debater. Jovens licenciados sem emprego e que vêem o esforço do seu investimento ao longo dos anos a ser frustrado. Temos novas realidades muito preocupantes, passam certamente por políticas de outro alcance, mais nacionais, mas é verdade que devemos fazer os possíveis por minorar a situação que está criada. E temos, reconheça-se o privilégio, de ter um conjunto de instituições e de colectividades que intervêm na área social com grande dedicação e grande empenho.

Queria também deixar uma nota pessoal sobre o julgamento que se está a passar em Aveiro. Acho que todos nós somos a favor da vida e contra a interrupção voluntária de gravidez. Julgava eu, que se calhar todos nós seríamos contra a criminalização das mulheres que têm que passar por esse trauma, por esse desgosto, por esse acto de desespero, mas o Dr. Candal disse-o melhor do que todos e eu reconduzo-me às suas palavras. De facto em Portugal tivemos um momento de enorme hipocrisia e a classe política não teve se calhar a coragem de fazer aquilo que no íntimo das pessoas e da grande maioria do povo português, as pessoas pensam que é de facto uma violência. Depois dos momentos pessoais e difíceis que as mulheres que têm que o fazer, passam ainda enxovalhá-las publicamente, devassar-lhes a vida privada e criminalizar esse tipo de situações... Suponho que este caso de Aveiro veio de novo trazer o problema à opinião pública e que abrirá caminho para que no futuro a legislação possa ser revista com um grande consenso nacional, independentemente e no respeito é claro, da perspectiva que possamos ter sobre o direito à vida, que ninguém creio eu quer contestar.

Bom e depois, queria também cumprimentar o senhor deputado Armando Vieira pela belíssima intervenção que fez. Gostei muito de o ouvir e penso que deu mostras de grande maturidade política e cívica, não é de esperar outra coisa, está há muitos anos nisto. Mas esta nova experiência como Presidente da ANAFRE, julgo que de facto lhe tem propiciado ocasião para perceber um conjunto de realidades de dinâmicas, de lobbies locais, regionais, e ao mesmo tempo perceber e ter uma perspectiva mais nacional de tudo isso. E é bom que tenha trazido esse discurso aqui para Aveiro, porque nós de facto gostamos às vezes de nos auto-flagelar. Como aqui foi bem referido não nos unimos naquilo que é essencial. Perdemos-nos em picardias às vezes de circunstância, enquanto outros conseguem encontrar essas condições para defenderem melhor os seus interesses. Tivemos vários exemplos nos últimos tempos o Dr. Filipe Neto Brandão e outros aqui referiram isso. O Tribunal Tributário é um caso absolutamente escandaloso, em que a lógica que preside à transferência do mesmo é uma lógica de instalações!? Há instalações disponíveis, muda-se as pessoas, mudam-se os processos e vai-se ao arrepio daquilo que devia ser o interesse da boa administração da Justiça, que é aquela tenha uma relação de proximidade com quem dela precisa e depois promete-se um Tribunal de Comércio — excelente, venha ele! Aveiro é das zonas mais dinâmicas em termos empresariais e comerciais, agora isto não pode ter uma lógica de compensações. Porque se tira um por um critério insondável, mas por todos os dados que se conhecem errado, não lhes devem vir dar agora um rebuçado como se isso compensasse o mal que foi feito. Não, precisamos dos dois, precisamos dos dois. E podíamos precisar de outras coisas. Realmente ao longo dos anos nós temos assistido e é um discurso que todos nós sufragamos, de lutar contra a deslocação de instâncias ou entidades da administração pública de Aveiro e temos que começar a pensar ao contrário. Por que não reivindicarmos para Aveiro, por exemplo, a Secretaria de Estado das Pescas. Eu queria recordar (isto não é retórica), é claro que tem que haver vontade política para governar de forma diferente. Mas nós temos, queria recorda-lo, mais de 90% da frota de pesca longínqua sedeadada em Aveiro. Porque é que a Secretaria-Geral das Pescas há-de estar em Lisboa? Por uma lógica que é conhecida, que tem a ver com a história do nosso centralismo na administração, mas há um conjunto e porque é, já agora, para não pensarem que isto é só bairrismo, porque é que a Direcção-Geral de Florestas ou a Secretaria de Estado das Florestas que foi agora criada não há-de ir para Viseu — porque não? Ou para Castelo Branco, porque não? Seriam provavelmente muito mais eficazes e teriam uma relação de muito maior proximidade com os problemas, com os operadores, com os agentes. É uma perspectiva diferente, imagino que não será exequível nos próximos tempos, mas que serve para percebermos que as coisas não têm que ser sempre iguais e o exemplo do Tribunal Tributário é o pior em que se muda, muda no pior sentido.

Podem mudar para melhor e é claro que temos que estar atentos Sr. Armando Vieira. Porque quando o Governo de Portugal define o traçado do TGV e o aprova em consonância com Espanha, imagina-se, não se concebe que possa ser de outra forma em obediência aquilo que são os ditames dos estudos técnicos, económicos, financeiros e em obediência aquilo que são a persecução do superior interesse nacional, não pode passado quinze dias vir o lobbie de Coimbra tentar puxar a linha um bocadinho mais para o lado! Apartes, aparte, eu acho que de facto seria impensável que isto pudesse acontecer e portanto, acho que já prestei algumas declarações, já tive ocasião de o fazer sentir a um Ministro deste Governo, que Aveiro não pactuará com aleijões destes, àquilo que foi definido técnica e politicamente, ainda por cima com Espanha.

E daquilo que se conhece do dossier que Coimbra apresentou, com dados que são absolutamente falaciosos! Não se pode dizer com a simplicidade que foi dita, que Coimbra tem cento e cinquenta mil habitantes e que Aveiro tem setenta mil!? Todos nós sabemos que na mesma orla de influência que Coimbra pode alegar, nós temos mais habitantes que

Coimbra. Temos quatrocentos mil em continuidade urbana, praticamente. E sobretudo, temos (como julgo que se disse aqui na última reunião de Assembleia) a importante valência das mercadorias que Coimbra não tem de todo — ou tem em muito menos importância. E temos um porto nacional de primeira categoria, com acesso ferroviário que obviamente corresponde também a um dos interesses estratégicos do país. E portanto, há que lutar pelas coisas e há que lutar nestas que são importantes e noutras mais comezinhas, mas que fazem o dia-a-dia dos nossos municípios como é o facto de tentarmos denunciar e lutar contra todas as discriminações regionais, que podem acontecer na distribuição dos fundos comunitários, onde deveria haver objectividade, isenção e rigor.

E portanto, queria cumprimentar a intervenção do Sr. Armando Vieira e gostava que de facto naquilo que é essencial todos pudéssemos estar juntos quando se trata de defender os interesses de Aveiro e toda esta região.

Depois queria falar sobre Requeixo porque a intervenção do Senhor Deputado Jorge Nascimento. Já não ia a Requeixo há muitos anos certamente, porque de facto muita coisa tem acontecido e eu queria só recordar-lhe algumas. Não sei quem é que o acompanhou na visita, mas não andou pelos sítios certos! Porque podia ter visto as novas instalações desportivas da Associação Desportiva de Requeixo. Podia ter visto, são belíssimas e vão crescer ainda mais. Viu certamente as estradas em mau estado por causa do saneamento, é evidente, mas o saneamento já chegou a Requeixo e já chegou a Nossa Senhora de Fátima e já chegou a Nariz e já só falta Oliveirinha — e portanto, tem-se feito muita coisa.

Nós adquirimos como sabem uma nova casa para a expansão, para a melhoria do actual Museu Etnográfico de Requeixo; temos vindo a reforçar toda a iluminação pública; inaugurámos não há muito tempo o Polivalente e praticamente a nova escola de Requeixo; fizemos o dique da Pateira que era uma obra reclamada pelos agricultores há uns dez anos e que estava por fazer. Isto foi assim de memória enquanto o ouvia, comecei aqui a recordar algumas obras que temos feito em Requeixo. E deixe-me lembrar isto e digo-o com desgosto, que foi através da minha intervenção directa e não apenas, que conseguimos que o anterior governo do PS cometesse à SMRIA a responsabilidade com um programa, com valores, com datas de despoluir e recuperar a Pateira de Requeixo/Fermentelos. Entretanto e para mal de todos nós, desapareceu do programa de trabalho da Empresa e portanto, aí está outra das questões em que nós devíamos deixar-nos de pequenas flores partidárias e lutarmos todos à mesma voz. Eu vou dar dois exemplos: já é a segunda vez que vem um Secretário de Estado à Pateira e que se dizem umas frases de circunstância, convidam-se as pessoas do mesmo Partido, os Presidentes de Câmara não sabem de nada, os Presidentes de Junta que confinam com a Pateira também não são convidados e assim, realmente, o que fazemos é não lutar convenientemente pela defesa dos interesses de Aveiro.

Deviam ser os próprios a reclamar a presença de todos os agentes políticos que podem contribuir para isso. Julgo que o que estou a dizer são sentimentos que todos partilharão. Mas isto para contrariar a ideia que o Dr. Jorge Nascimento gosta (é uma ideia recorrente) e que eu tenho sempre muito gosto em contrariar, de que nós não investimos nas Freguesias — nós investimos muito nas Freguesias. Mas, Dr. Jorge Nascimento, ninguém pode querer a ambição, que era uma ambição até não muito inteligente, de querer transformar todo o território do município de uma forma que o tornasse indiferenciado. O problema não está em termos todos os equipamentos que existem no centro, na periferia. O problema está na acessibilidade desses equipamentos. Na acessibilidade à cultura, na acessibilidade ao saneamento, água potável, à habitação, ao polidesportivo, às escolas, ao cinema, ao teatro, ao centro cultural — isso é que é essencial.

Agora uma das riquezas que nós temos é justamente podermos manter Freguesias, em que quem vive no centro até prefere ir viver para lá, com óptima qualidade de vida e com

qualidade de vida que é diferenciada, mas que não é menor; às vezes e muitas vezes até é melhor.

Dr. Jorge Nascimento, finalmente, dizer que aumentámos as taxas, dizer que estamos sempre a aumentar as taxas e que os serviços não melhoram...é, desculpe que lhe diga “um disco riscado” Dr. Jorge Nascimento. Esta Câmara esteve (e a Assembleia sabe bem, porque debatemos este problema das taxas várias vezes) nalguns casos seis anos sem actualizar taxas. E está actualizar taxas que já tinham dez e onze anos e portanto, o estribilho de que estamos sempre a aumentar as taxas é um estribilho que enfim, cai em saco roto quando é confrontado com a realidade. Os regulamentos de que estamos a falar Dr. Jorge Nascimento (e sabe bem quais são), actualizaram taxas com onze anos, outros com dez anos. E portanto, não acusem esta Câmara, que já está em funções há seis, de estar sempre a actualizar taxas porque não é verdade, objectivamente não é verdade. E é evidente também, que é verdade que os serviços melhoraram e muito Dr. Nascimento. Eu não digo que esta Câmara está satisfeita. Esta Câmara está sempre insatisfeita porque achamos que a qualidade do serviço prestado pode sempre melhorar, mas ajudem-nos a fazê-lo. Precisamos de meios, precisamos de propostas construtivas nesse sentido. A administração autarca e a administração municipal podem certamente melhorar muito. Mas todos temos memória suficiente para nos lembrarmos de como funcionavam alguns dos serviços em todos os sectores. E fazemos a comparação entre o que era aqui há alguns anos e a situação que temos agora. Há muito para fazer, com certeza que sim, mas é essa a nossa disponibilidade, a nossa vontade e é para isso que nos empenhamos.

Sobre o Euro 2004 e o que se passou com o sorteio. Eu já tive ocasião de comentar o que se passou com algumas pessoas, também não compreendo os motivos que foram alegados e Prof. Manuel Coimbra, estamos no Natal, podia poupar-se alguns comentários que fez porque é evidente que eu nunca enganei a Comissão. Nunca me ouviu dizer, nem por omissão, porque como o Sr. Prof. bem sabe ou pode imaginar, não quis lembrar-se dessa possibilidade que era uma possibilidade evidente, nunca foi dito ao Presidente da Câmara Municipal de Aveiro que o estádio municipal de Aveiro teria problemas de segurança até ao momento em que o sorteio saiu. Nunca! Pelo contrário, todas as vistorias, todas as inspecções, todas as visitas da UEFA, tudo apontava e aponta para que a segurança no estádio municipal de Aveiro seja igual à dos melhores.

Quanto à cidade também nunca nos foi dito. E é sabido que estas questões da segurança fora dos estádios começaram a ser desenvolvidas com algum atraso (eu diria no limite), mas nunca nos foi colocado pelas autoridades que têm responsabilidade pela segurança fora dos estádios, nunca nos foi feito chegar qualquer relatório em que constasse que havia problemas de segurança na cidade de Aveiro — nunca! Portanto fiquei obviamente surpreendido com a mudança, a alteração do jogo, e reagi. Escrevi um ofício ao Sr. Presidente da Federação Portuguesa de Futebol, que esteve presente nessa reunião à porta fechada, em que eu não tive acesso, nem eu nem os promotores dos estádios, que me respondeu que era uma possibilidade que tinha sido prevista e, portanto, sem explicação substancial nenhuma.

Eu acho que nós temos neste caso, os aveirenses têm de facto direito a algumas questões e à indignação. E eu perante o que se passou e perante a resposta que não é resposta nenhuma, deixou a pergunta no ar (e acho que estou a fazer a pergunta que vai no espírito de todos) porque é que o estádio do Bessa vai ter três jogos? Eu queria que me explicassem isto. Eu gostava de saber! São algumas questões que têm de ser esclarecidas. A linguagem do futebol é uma linguagem diferente. Nós de facto não percebemos todas as subtilezas e as nuances da linguagem do futebol. E, portanto, eu que não percebo muito das linguagens do futebol faço esta pergunta: Como é que o estádio do Bessa, que tem a mesma lotação que o estádio de Aveiro, que ainda não acabou a obra, não tem o número de estacionamento

exigidos pela UEFA, que está no meio de um aglomerado urbano, porquê há três jogos no estádio do Bessa? Eu gostava que me dessem uma razão objectiva. E se chegar à conclusão que não há nenhuma, eu gostava que fosse repensado o que se passou e obviamente Aveiro está disponível para receber o terceiro jogo porque temos todas as condições de segurança. Gostava também de dizer porque de facto tem sido uma novela (e não queria contar ainda alguns capítulos dessa novela), mas gostava de dizer a todos que neste momento o estádio de Aveiro tem licença do Instituto do Desporto Portugal para a realização dos jogos do campeonato nacional, na sequência do parecer do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil e que por isso a partir de alguns dias a esta parte estão reunidas todas as condições pela entidade que licencia o estádio para que os jogos do campeonato ali possa decorrer. Está licenciado e espero de não ter de contar um dia a estória deste licenciamento que é de facto muito interessante.

Não queria comentar a festa que o Beira-Mar fez, a não ser para dizer que me pareceu natural que o Beira-Mar quisesse organizar uma festa reencontro dos associados no novo estádio. Houve ali algumas coisas que poderiam ter corrido melhor. No dia seguinte era dia de trabalho, era dia de escolas, mas não queria dizer mais do que isso. Eu estive lá como Beiramarense e como Presidente da Câmara com muito gosto. Gostava que tivesse sido uma festa com o estádio cheio, mas conseguimos ter ali nove mil, dez mil pessoas. De resto houve pormenores que não correram bem, mas que se calhar tem de ser imputados à empresa que organizou e não propriamente ao Beira-Mar que teve boa vontade para que fosse uma grande festa.

Sobre a comercialização dos camarotes. A campanha em si mesma vai arrancar e portanto esse episódio dos CTT eu não estou ao corrente. Certamente que teremos todo o gosto em que a Dr. Virgínia possa ajudar-nos nessa sensibilização dos CTT (que são um parceiro importante), mas aproveito para dizer que a campanha irá começar e que as perspectivas são boas. Toda a gente está a gostar muito do estádio, dos camarotes – esperemos que se confirmem.

Sobre os atrasos na Capitania e no Polis. São processos diferentes. Na Capitania as obras estão quase prontas. Não era possível marcar agora para esta época uma inauguração porque como imaginam há um conjunto de personalidades e de individualidades que gostaríamos de ter cá na inauguração da Capitania e que nesta época é impossível. Em todo caso em termos contratuais está tudo salvaguardado se houver atraso. E nenhum atraso é imputável neste momento à Câmara Municipal de Aveiro.

Em relação à Praça do Peixe, eu gostava de dizer e de lembrar que a Praça do Peixe é uma obra que é executada no âmbito do programa Polis. E este Governo, infelizmente, adiou a transferência das dotações de capital para todas as sociedades Polis. E neste momento ainda não permitiu que fossem aprovados os planos de actividades das sociedades Polis no país. E para que conste, Aveiro é uma das únicas cidades Polis que tem neste momento o seu Plano a terminar o inquérito público e, portanto, somos dos que estamos mais avançados. O que se está a passar em todo o país com o programa Polis é de facto preocupante, com atrasos enormíssimos, sem planos aprovados, sem obras a concretizarem-se. Temos de facto desse ponto de vista, só razões para estar satisfeitos quando comparando com o que está a acontecer no país.

Finalmente, lamento terminar com uma nota desagradável. O Diogo Machado foi muito desagradável. Estamos no Natal, eu não quero carregar muito nas tintas, mas foi muito desagradável. A questão é séria. O Diogo Machado fez uma insinuação muito grave sobre um almoço de funcionários da Câmara e de membros do executivo com uma empresa... eu só consigo perceber o que o Diogo Machado disse, porque de facto conhece mal as pessoas. Porque o Eng.º de que estamos a falar é das pessoas mais íntegras de Aveiro; a empresa de que estamos a falar é uma empresa que tem trinta anos de construção de

Aveiro — com todas as Câmaras, com os sucessivos técnicos. Não se conhece um único caso de falta de lisura, de falta de honestidade, de tratamento de favor — um caso. E, portanto, a forma como o disse foi muito infeliz, deixou no ar a ideia de que haveria algum relacionamento menos claro, menos transparente e de algum procedimento que pudesse ser menos correcto com essa empresa. É uma ofensa a essa empresa, às pessoas dessa empresa, a todos os funcionários que estiveram nesse almoço e que têm consciência profissional, honestidade de procedimentos, que está acima de qualquer suspeita — foi de facto um momento triste da sua intervenção. Muito Obrigado Sr. Presidente.”

(Saiu da sala a Vogal Ana Carla Guerra de Miranda Macedo)

Membros da Assembleia

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Defesa da honra Sr. Presidente. Através da figura da defesa da honra defendamos outras honras. Só para dizer que o Diogo Machado enquanto deputado municipal tem a liberdade, a responsabilidade, e assume tudo aquilo que diz. Disse o que disse, está gravado. Deselegante ou não, na sua opinião, estou-me pouco importando para isso Sr. Presidente. Que o Senhor toma “dores” excessivas às vezes por quem não deve eu já sabia...”

Presidente da Câmara:

“Não é por mim. É pelas pessoas que ofendeu – fica-lhe mal...”

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP):

Que o Senhor toma “dores” excessivas às vezes por quem não deve eu já sabia...”

Presidente da Câmara:

Eu tenho a obrigação de defender a honra dos funcionários da Câmara e tenho muito gosto de defender a honra de pessoas ausentes, que são pessoas que me merecem o maior respeito...”

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP):

“O Senhor tem as obrigações que tem e faça-o como entender, onde quiser e como quiser. Eu tenho o direito de fazer as perguntas que entender, onde quiser e como quiser. Quanto a este primeiro assunto estamos esclarecidos.

Quanto ao segundo, repito o que perguntei: se a Câmara considera normal e correcto tal procedimento? — e o Sr. Presidente a isso não me respondeu.

Segundo: se em seu nome pessoal entende que tal tipo de acontecimentos é produtivo, tem cabimento — e o Sr. Presidente a isso não me respondeu.

Terceiro: foi o Sr. Presidente que levantou aqui relações dúbias e duvidosas a qualquer tipo de outros actos que eu nem sequer vou transcrever aquilo que o Senhor disse entre técnicos e empresas de construção — foi o Senhor que o disse. Eu só perguntei se o Senhor considerava normal e se o Senhor sabia ou não que “não há almoços grátis” – E não há! E à mulher de César não basta ser séria, tem que o parecer — e o Senhor sabe disso tão bem como eu.

E já agora, só para acabar, eu nunca perguntei nesta Assembleia quanto é que a Câmara pagava pelo arrendamento ou pelo aluguer ou como quiser dizer, dos terrenos ao pé da rotunda atrás do Oita para servirem como parque de estacionamento.”

Presidente da Câmara:

“Está a ser outra vez... está a ser calunioso (ouvem-se vozes), está, está... Diogo Machado, está a deixar uma insinuação grave. Diogo Machado, ninguém aqui é tolo! O Diogo Machado acabou de fazer os comentários que fez sobre o almoço e agora faz-me essa pergunta e está a ser profundamente ofensivo.

Mas eu vou dizer porque o Senhor pensa que são todos... Diogo Machado pensa que tudo na vida se organiza segundo os seus critérios mentais e sobre a sua forma de avaliar o relacionamento entre as empresas e o poder público. Eu vou-lhe dizer quanto é que nós pagamos por aquele aluguer — zero! Zero.”

Vogal João Barbosa (PS)

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD)

D

Não se verificando mais intervenções, o Presidente da Mesa deu por encerrada a primeira reunião desta Sessão Ordinária de Dezembro, informando que a próxima reunião será no dia 29 de Dezembro (2.ª feira), pelas 20:30 horas, no auditório 2 do Centro Cultural e de Congressos.

Eram 00:10 horas do dia 23 de Dezembro de 2003.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:10)